

1 Aos dois dias do mês de agosto de 2018, às 13h00min, reuniram-se os membros do Comitê da Bacia
2 Hidrográfica do Rio Verde Grande, na sede do Comitê, situado na Praça Lindolfo Laughton, nº 1373, bairro Alto
3 São João (Dentro do Parque de Exposições João Alencar de Athayde - Av. Geraldo Athayde, 1373 - Alto São
4 João), Montes Claros - Minas Gerais. **Participaram os seguintes representantes titulares:** Domenico Morano
5 Junior Getúlio – CODEVASF; João Damásio Frota Machado Pinto - Fazenda Aguapé; Rafael Macedo Chaves -
6 IBAMA; Ricardo Carreiro Neto – Distrito de Irrigação do Perímetro Gorutuba (DIG); Maria Socorro Mendes
7 Almeida Carvalho - DNOCS; Édson de Oliveira Vieira – Instituto de Ciências Agrárias (UFMG); Horácio Cristo
8 Barbosa – Consórcio União da Serra Geral; Wesley Mota França - IGAM; Glauber Vieira de Oliveira - INEMA/BA;
9 Rômulo Labate – Sociedade Rural; João Batista Ribeiro da Silva Reis – EPAMIG; José Valter Alves – Associação
10 Municipal de Proteção Ambiental de Urandi (AMPA). **Participaram também:** Dirceu Colares – Presidente do
11 CBH Verde Grande; Jacqueline Fonseca e Célia Fróes - Agência Peixe Vivo; Tânia Regina Dias da Silva; Frederico
12 Oliveira e Márcio de Araujo - Agência Nacional de Águas – ANA. A Coordenadora da Câmara Técnica Consultiva
13 (CTC), Maria Socorro, inicia a reunião dando boas vindas a todos e constata que o quórum foi atingido. Em
14 seguida, Tânia da Silva apresenta os técnicos da Agência Nacional de Águas (ANA) Márcio de Araujo e Frederico
15 Oliveira. Na sequência, Jacqueline Fonseca, assessora técnica da Agência Peixe Vivo, fala sobre o Plano de
16 Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (PRH) e seus componentes. Comenta sobre os
17 diferentes programas e ações referentes a cada componente do PRH. Em seguida, Jacqueline Fonseca fala
18 sobre o Manual Operativo (MOP) do PRH, previsto no Contrato de Gestão assinado entre ANA e Agência Peixe
19 Vivo, que é uma ferramenta que auxilia na implementação das ações do Plano de Recursos Hídricos. Além
20 disso, foi proposta a priorização das ações previstas no Plano para revisão, discussão e detalhamento. Para
21 isso, a assessoria técnica da Agência Peixe Vivo apresenta o Termo de Referência para contratação da empresa
22 responsável pela elaboração do MOP que deverá orientar o processo de implementação das ações
23 estabelecidas no Plano. O MOP ainda irá propor uma agenda detalhada a ser seguida pelo Comitê, Conselhos
24 Estaduais de Recursos Hídricos, órgãos gestores estaduais e demais entes com atuação na bacia do rio Verde
25 Grande, conforme o que for discutido e definido nas Oficinas de Trabalho. Na sequência, Márcio de Araujo da
26 Agência Nacional de Águas fala um pouco a respeito da priorização das ações que serão realizadas na primeira
27 oficina. Segundo ele, a ANA irá realizar uma revisão técnica das ações e caso haja alguma ação estratégica que
28 não foi priorizada, esta poderá ser incluída. Em seguida, Jacqueline Fonseca propõe o agendamento das
29 oficinas, sendo a primeira em Janaúba e a segunda em Montes Claros. Os membros da Câmara validaram os
30 locais propostos. Explica ainda que contratação da empresa responsável pelo MOP será por meio do processo
31 de licitação, que demora em torno de três meses para ser concluído. Em seguida, Rafael Chaves do IBAMA
32 pede um esclarecimento sobre a participação dos membros do Comitê no processo anterior à priorização das
33 ações do Plano. Com a palavra, Jacqueline Fonseca esclarece que após a contratação da empresa haverá um
34 momento de apresentação da empresa contratada onde os membros do Comitê e da Câmara Técnica
35 Consultiva possam discutir os alinhamentos iniciais e assim elaborar o planejamento das ações. Na sequência,
36 Maria Socorro, coordenadora da CTC, questiona e pede um esclarecimento sobre a execução dos projetos, se
37 neste primeiro momento existe alguma rubrica referente à execução de projetos na bacia. Em resposta, Célia
38 Fróes, Diretora Geral da Agência Peixe Vivo, explica que o MOP é uma ferramenta nova, desenvolvida pela
39 ANA que tem como finalidade descrever meios de elaborar os projetos, excluindo a elaboração do projeto em
40 si. Em seguida, Márcio de Araujo acrescenta que o MOP, é uma ferramenta que auxilia no acompanhamento
41 da implantação do Plano de Recursos Hídricos com indicadores de resultado e que cria uma Agenda de
42 Trabalho pensando no planejamento das ações. Posteriormente, Célia Fróes diz que alguns dos produtos a
43 serem apresentados pela empresa contratada incluem o Plano de Trabalho, o estudo e revisão do balanço
44 hídrico na bacia e avaliação do status do Plano de Recursos Hídricos da bacia. Sendo assim, a empresa irá
45 apresentar as prioridades previstas nas oficinas, onde a participação do Comitê é essencial para a discussão
46 das prioridades propostas pela empresa contratada. Logo depois, Rafael Chaves questiona novamente sobre
47 a participação do Comitê na priorização das ações, pois a participação somente nas Oficinas não seria o
48 suficiente. Célia Fróes fala que pode ser realizada uma reunião da CTC após o estudo realizado pela empresa



49 contratada antes da primeira Oficina e que esta previsão será incluída no TDR. Posteriormente, Dirceu Colares,
50 presidente do Comitê, comenta sobre a demora em execução dos projetos e sobre a perda do entusiasmo em
51 participar do Comitê e presenciar somente o planejamento ao invés das ações propriamente ditas. Com a
52 palavra, Célia Fróes acrescenta que entende a ansiedade do presidente em ver os projetos saindo do papel,
53 entretanto, apesar do tempo que levará a discussão e planejamento das ações, metodologias e estratégias, o
54 Comitê não conseguiria realizar projetos com a arrecadação da cobrança. Fala que por esta razão optou-se
55 por utilizar o MOP, com a finalidade de impulsionar as ações e dar visibilidade ao Comitê junto a outras
56 instituições para que se possa arrecadar verbas e executar os projetos previstos. Em seguida, Rafael Chaves
57 completa a fala de Dirceu Colares dizendo que o recurso da cobrança poderia ser utilizado para buscar fontes
58 de financiamento, como por exemplo, a CODEVASF que tem linhas de projetos para manejo de pequenas
59 bacias hidrográficas. Sendo assim, o dinheiro da cobrança poderia viabilizar a elaboração de propostas para
60 esse tipo de financiamento. Na sequência, Célia Fróes concorda com a colocação de Rafael Chaves e diz que
61 isso pode ser feito e colocado além do MOP. Posteriormente, Márcio de Araujo mostra o MOP utilizado no
62 CBH Paranapanema em modelo html de fácil acesso e com os devidos tópicos, ações e atores. Acrescenta que
63 o CBH Paranapanema não possui a cobrança e que após a implantação do MOP estão previstos financiamentos
64 para projetos advindos de recursos da ANA. Em seguida, Jacqueline Fonseca apresenta a Minuta do Plano de
65 Aplicação Plurianual (PAP), também previsto no Contrato de Gestão. A previsão de desembolso entre 2018 a
66 2020 é de aproximadamente 92 mil reais por ano, e o valor considerado no PAP é correspondente ao 92,5%,
67 cerca de 86 mil reais, percentual do valor da cobrança para investimento em projetos e atividades do Comitê
68 e o restante (7,5%) valor referente ao custeio da Agência. Além disso, foi colocado no PAP o dinheiro repassado
69 pela ANA para contratação do MOP e o Termo de Referência para o Estudo de Incremento da Oferta Hídrica,
70 onde serão estudadas questões sobre os barramentos, a transposição entre as bacias, dentre outros. Em
71 seguida, Célia Fróes discorre sobre a ação prevista pela Agência Peixe Vivo referente à primeira arrecadação
72 que estará relacionada à comunicação social, educação e conscientização ambiental e recursos hídricos na
73 bacia, como por exemplo, atualização do site. Posteriormente, Jacqueline Fonseca finaliza falando que as
74 primeiras ações estão focadas na comunicação social dentro da bacia, mas que existem outros itens e que o
75 PAP é um meio de mostrar que o Comitê tem um planejamento financeiro podendo resultar em futuros
76 financiamentos de órgãos estaduais ou até mesmo da ANA. Em seguida, Célia Fróes explica que as atividades
77 do Comitê também estão previstas nos 92,5% da arrecadação. Comenta ainda que as primeiras ações são
78 importantes para o fortalecimento do Comitê e que o recurso adicional disponibilizado pela ANA não pode ser
79 utilizado para custeio de atividades do Comitê. Para isso, a Agência Peixe Vivo está propondo à ANA um termo
80 aditivo ao Contrato de Gestão. Em seguida, Tânia da Silva comenta sobre o termo aditivo e fala que a equipe
81 técnica da ANA está elaborando um termo aditivo ao contrato de gestão com a finalidade de sanar algumas
82 questões já identificadas, inclusive a questão colocada por Célia Fróes. Em seguida, Rafael Chaves pergunta se
83 a Agência Peixe Vivo pode dar assessoria jurídica ao Comitê referente a uma Resolução do Conselho Estadual
84 de Recursos Hídricos que dá algumas atribuições ao Comitê referentes à outorga e captação de água.
85 Entretanto, não se sabe ao certo em quais circunstâncias essa Resolução pode ser utilizada. Questiona sobre
86 até que ponto o Comitê pode deliberar questões referentes à outorga, principalmente para grandes
87 empreendimentos. Além disso, sugere que o assunto de outorga por parte do Comitê seja incluído como pauta
88 para a próxima reunião ordinária da CTC e que a Agência Peixe Vivo faça uma apresentação sobre o tema
89 abrangendo a Resolução CERH-MG, Lei 13.199/99 e Lei 9.433/97. Na sequência, Célia Fróes responde dizendo
90 que a Agência possui uma assessoria jurídica e que se o assunto for relacionado ao Comitê e Agência Peixe
91 Vivo esta pode prestar a assessoria necessária. Além disso, esclarece dizendo que a lei mineira de Recursos
92 Hídricos é a única no Brasil onde o Comitê pode aprovar a outorga de empreendimentos de grande porte, e
93 estes empreendimentos são enquadrados pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos por meio de uma
94 Deliberação específica. Explica ainda que os Comitês que possuem Câmara Técnica e estrutura para discutir a
95 outorga é passada para eles, já os Comitês que não são estruturados o Conselho Regional fica responsável
96 pela outorga. Comenta que para o sucesso do funcionamento de uma Câmara Técnica é importante que as



97 questões sejam discutidas rapidamente, que seja uma Câmara ágil e com uma composição com numero menor
98 de membros. Por exemplo, no caso de outorgas se o comitê demorar muito para deliberar sobre a outorga o
99 Conselho Estadual assume o caso para acelerar o processo. Em seguida, Célia Fróes propõe a criação de um
100 Grupo Técnico menor para revisão do Regimento Interno do Comitê. Na sequência, Maria Socorro,
101 coordenadora da CTC concorda com a revisão do Regimento Interno devido à dificuldade em integrar as
102 legislações estaduais de Minas Gerais e Bahia, além da legislação Federal. Acrescenta sobre a necessidade de
103 revisão de algumas instituições, como por exemplo, a Copasa que possui várias cadeiras para diferentes
104 municípios de acordo com a legislação. Sendo assim, Maria Socorro pede aos membros para reverem as
105 legislações necessárias para revisão do regimento interno e pensar em modificações na divisão das
106 instituições. Foi questionado por José Valter Alves a pouca representatividade da Sociedade Civil no Comitê.
107 Posteriormente, Jacqueline Fonseca retoma ao PAP e explica a importância deste documento para o Comitê,
108 colocando que os projetos que não estão previstos no PAP não podem ser executado com o recurso da
109 cobrança. E ainda, reforça sobre a aprovação do PAP pela Plenária do CBH Verde Grande como deliberação.
110 Logo depois, Célia Fróes comenta como tem que ser a aprovação do PAP e acrescenta que este instrumento é
111 baseado em 4 componentes, a partir das ações previstas no Plano de Recursos Hídricos. Em seguida,
112 Jacqueline propõe que ocorra uma reunião da CTC antes da Reunião Plenária do CBH Verde Grande, para que
113 o PAP seja apresentado e discutido e assim quando for levado à Plenária deverá ter menos questionamento.
114 Na sequência, Maria Socorro propõe a escolha da data da reunião da CTC e a data sugerida ficou sendo
115 segunda quinzena de setembro. Ainda com a palavra, finaliza propondo aos membros do Comitê que pensem
116 em alguma proposta de recepção/apresentação para a Reunião Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica do
117 Rio São Francisco que ocorrerá no início de dezembro em Montes Claros. Não havendo mais assuntos a tratar,
118 a coordenadora da Câmara Técnica Consultiva, Maria Socorro, agradece a presença de todos e encerra a
119 reunião.



Maria Socorro M. Almeida Carvalho – DNOCS
Coordenadora da CTC do CBH Verde Grande

ATA DE REUNIÃO APROVADA EM 12/09/2018